

Aspectos Metodológicos da Obra de Max Weber: Potenciais e Limites do Tipo-ideal Enquanto Ferramenta Metodológica

Mateus Matos Tormin¹

RESUMO: Busca-se aprofundar a discussão sobre os potenciais e limites do tipo-ideal enquanto ferramenta metodológica. Quanto ao uso do tipo-ideal para a explicação causal da ação, propõe-se distinção entre uma explicação de caráter externo (para a qual o potencial cognitivo do tipo é baixo) e uma explicação de caráter interno (para a qual o potencial cognitivo do tipo é alto). Também é analisado o potencial do tipo na explicação causal histórica, concluindo-se que as condicionais contrafáticas não obtém grau de precisão satisfatório. Por fim, além de um exame das “afinidades eletivas” enquanto conceito metodológico e sua relação com o tipo-ideal, considera-se a possibilidade de o tipo-ideal funcionar como um tipo-extremo.

PALAVRAS CHAVE: tipo-ideal; Max Weber; explicação causal; tipo-extremo; afinidades eletivas.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, pretendo analisar textos de Max Weber e de comentadores de sua obra, com o intuito de sistematizar informações acerca dos potenciais e limites do tipo-ideal enquanto ferramenta metodológica. A meu ver, trata-se de contribuição importante, já que muitos dos comentadores tiveram como foco apenas o uso do tipo no contexto da obra de Weber. Ou seja, deixou-se de lado a tentativa de entender como o tipo-ideal funciona, e, conseqüentemente, a análise de seus potenciais usos e limites. Essa importância fica ainda mais evidente quando consideramos que os comentadores, na maioria dos casos em que se propuseram a discutir o tipo-ideal, explicaram-no de maneira negativa, limitando-se a dizer o que ele não é. Nos poucos casos em que formularam explicações “positivas” para o tipo, é bastante comum o uso de metáforas e expressões pouco precisas. Como consequência, temos uma falta de clareza no tratamento do tipo-ideal² (HEMPEL, 1965, p. 156; PARSONS, 1966, pp. 601-02). Portanto, ao empreender esse esforço teórico, tenho como objetivo identificar e esmiuçar potenciais e limites do tipo-ideal, visando seu possível uso como ferramenta metodológica em pesquisas e análises futuras.

O tipo-ideal pode ser uma ferramenta útil tanto na explicação causal, quanto na explicação por afinidades eletivas. Neste texto, gostaria de aprofundar a discussão sobre esses dois pontos. Começarei por uma análise dos potenciais e limites do tipo-ideal na explicação causal da ação e de eventos históricos (seção 2). Quanto ao seu potencial para a análise causal da ação (seção 2.1), traço uma distinção entre dois tipos de explicação causal: uma interna e uma externa. Defenderei que o tipo-ideal é uma ferramenta metodológica que, devido ao modo como é construído, apresenta baixo potencial explicativo quando se busca uma explicação causal externa da ação, e alto potencial explicativo quando se busca uma explicação causal interna da ação. Em seguida, quanto ao potencial do tipo-ideal para a análise da explicação causal histórica (seção 2.2), retomarei conceitos

¹ Graduando do curso de Direito da Faculdade de Direito da USP (FDUSP). Foi bolsista de iniciação científica do Ministério da Educação, tendo sido membro do Programa de Educação Tutorial (PET - Sociologia Jurídica) da FDUSP de 2013 a 2015. Endereço eletrônico: mateusmmt@gmail.com

² No texto *Aspectos Metodológicos da Obra de Max Weber: entendendo o tipo-ideal*, busquei remediar essa falta de clareza, oferecendo uma caracterização “positiva” do tipo. Defendi que o tipo-ideal não é uma ferramenta funcionalmente unitária, podendo assumir diferentes configurações. Como resultado, propus uma classificação do tipo em quatro espécies de acordo com sua função metodológica: tipos-ideais gerais de ação; tipos-ideais específicos de ação; tipos-ideais gerais de singularidades históricas; e tipos-ideais específicos de singularidades históricas (Cf. TORMIN, M. In: Revista Argumentos, v. 14, n.2, p. 83-102, jul/dez-2017).

metodológicos weberianos relevantes para esse tipo de explicação – tais como os conceitos de “causalidade adequada”, “possibilidade objetiva” e “regras de experiência”. Com isso, pretendo esclarecer ao leitor o modo como Weber entende o papel do tipo na atribuição de causalidade histórica e avaliar seus potenciais e limites nesse caso. Tentarei mostrar que, em Weber, tal atribuição é feita por meio de juízos contrafáticos que dão ensejo a juízos baseados sobretudo no conceito de “possibilidade objetiva”. Nesses casos, o potencial explicativo do tipo-ideal dependerá da plausibilidade desses juízos, bem como do número de casos comparativos a disposição do pesquisador.

Após explorar os potenciais e limites do tipo-ideal na explicação causal, investigarei o papel do tipo nas explicações baseadas em “afinidades eletivas” (seção 3). Para isso, buscarei delimitar, com base em Lowy (2011; 2014), o modo como Weber explora esse conceito, e explicitar o papel que o tipo-ideal exerce nesse tipo de explicação (seção 3.1). Feito isso, examinarei o tipo-ideal diante de outra ferramenta metodológico-conceitual, o tipo-extremo (seção 3.2). Após explicar o que é o tipo-extremo e qual seu papel metodológico, defenderei que, com base em trechos da obra de Weber, há margem para entendermos que o tipo-ideal tem o potencial de ser empregado como tipo-extremo. Penso que, assim, terei contribuído para uma melhor compreensão dos potenciais e limites do uso metodológico do tipo-ideal.

2. Tipos-ideais e a explicação causal: potenciais e limites

2.1. Tipos-ideais e a explicação causal da ação

Neste tópico, pretendo explorar os limites do tipo-ideal em termos de sua utilidade para a explicação causal da ação. Para tanto, farei uma distinção entre uma explicação causal *interna* e uma explicação causal *externa*. Essa diferenciação é importante, pois ela nos permitirá ver com maior clareza que tipo de explicação o tipo oferece e, assim, perceber com maior nitidez quais são seus limites explicativos enquanto ferramenta metodológica.

Gostaria de começar pelo modo como um tipo-ideal de ação pode ser construído. Para tanto, um dos pressupostos metodológicos weberianos que deve ser levado em consideração é o papel que ele confere ao “sentido/significado” quando se trata de explicar condutas. Certos atos só são explicáveis em termos causais por terem “sentido/significado”. É apenas por meio desse “sentido”, por exemplo, que a conduta de duas pessoas envolvidas em uma relação de troca adquire significação e pode ser investigada causalmente. Weber distingue dois tipos de investigação que podem ser feitas, tendo por objeto o “sentido” da conduta de certos agentes: (i) uma que leve em conta o sentido atribuído logicamente pelo pesquisador; e (ii) outra que leve em conta o sentido atribuído pelos próprios agentes às suas condutas (WEBER, 1977, pp. 109-12).

Esses dois tipos de investigação são bastante diferentes. No primeiro caso - sentido atribuído logicamente pelo pesquisador -, estamos fazendo referência ao tipo-ideal, ao passo que, no segundo - sentido atribuído pelo agente -, estamos nos referindo à ação real. Assim, procedendo à construção do tipo, perguntamo-nos, no primeiro caso, quais são as consequências lógicas que decorrem do “sentido” que nós, enquanto pesquisadores (observadores), atribuímos a certo evento. Isto é, como o agente teria que agir para estar em conformidade lógica com o “sentido” que atribuímos à sua ação? Nesse primeiro passo, fazemos uso dos julgamentos de necessidade (*Notwendigkeitsurteilen*). Este tipo de julgamento é baseado no pressuposto de que é possível construir tipos-ideais com base nas categorias meios/fins, que permitem a interpretação racional das ações. A interpretação racional

assume a forma de julgamentos de necessidade porque agimos com base em um complexo de regras de experiência (*Erfahrungsregeln*), que nos permite ter uma ideia do resultado esperado de nossas condutas. Assim, se o objetivo de determinada ação é claro, a escolha de meios para atingi-lo será, em alguma medida, determinada: (i) pelo nosso conhecimento dos fatos; (ii) por nossas regras de experiência; e (iii) pelo efeito da ação que tomamos como causa (ação propositada). Assim, por exemplo: se temos dado objetivo “x”, sabemos, de acordo com nossa experiência, que os meios “y” e “y1” são adequados, dadas as circunstâncias “w1” e “m3”.

Passada essa primeira etapa de construção do tipo, procede-se à comparação do curso construído ideal-tipicamente com a ação - entrando, portanto, no segundo caso de investigação referente ao “sentido” da conduta dos agentes. Nesse segundo ponto, pergunta-se: em que grau o “sentido” que nós, enquanto pesquisadores, atribuímos à ação dos agentes estava presente no “sentido” atribuído por cada um dos agentes à sua conduta? Que outros “sentidos” eles atribuíram à sua ação, se é que isso se deu? Investigados os “sentidos”, a pergunta que se segue é: em que medida tal “sentido” foi ou será a causa de determinado comportamento? (WEBER, 1977, pp. 112-13)

Para tornar essa ideia mais clara, tomemos o exemplo do ataque de Hitler à União Soviética (URSS). Como se daria a construção do tipo nesse caso? Weber, referindo-se à construção ideal-típica de uma ação militar, diz que:

[É] conveniente verificar primeiro como se *teria* desenrolado a ação caso se tivesse conhecimento de todas as circunstâncias e de todas as intenções dos protagonistas e a escolha dos meios ocorresse de maneira estritamente racional orientada pelo fim, conforme a experiência que consideramos válida (WEBER, 2012, p. 5) (grifos no original).

Seguindo a sugestão de Weber, suponhamos que o exército alemão tivesse conhecimento de todas as circunstâncias e de todas as intenções dos protagonistas e que a escolha dos meios ocorresse de maneira estritamente racional orientada pelo fim de ganhar a guerra. Com base nisso, nas nossas regras de experiência e no fim que antecipamos como causa, fazemos um julgamento de necessidade que nos leva à conclusão de que, no curso ideal-típico, ou Hitler não teria atacado a URSS ou o teria feito de modo diferente. No entanto, no curso real, Hitler atacou a URSS e perdeu a guerra. Construído o curso-ideal e tendo conhecimento do curso-real perguntamo-nos: que tipo de explicação causal o primeiro nos dá acerca do último? Em outras palavras: o que explica o desvio da ação real quando comparada à ação ideal-típica (no caso concreto, o que explica a ação de Hitler de atacar a URSS)?

Espelhando esses dois tipos de investigação - uma baseada na reconstrução ideal-típica da ação, e outra baseada em seu curso real -, penso ser plausível argumentar que existem dois tipos de resposta de natureza distinta a essa questão: uma resposta de tipo externo (que ainda não temos) e uma resposta de tipo interno (que obtemos quando da construção do tipo-ideal). Essas diferentes respostas fazem referência a uma das consequências da explicação propositada. Na explicação propositada, a ideia do fim visado pelo agente não aparece como efeito, mas como uma causa determinante (ainda que não necessariamente a única) da própria ação. É a explicação propositada que nos permite compreender (no sentido weberiano) determinado acontecimento. Mais especificamente, ela nos permite captar um aspecto *interno*, que conecta o acontecimento estudado a sua causa (um ou mais propósitos), em oposição a uma explicação meramente *externa* - “mecânica”, no sentido de captar apenas externamente uma dada relação de causa e efeito. A explicação *interna* da relação de causa e efeito só pode ser obtida por meio da explicação propositada, que demanda certa dose de empatia, no sentido de o pesquisador ser capaz de se ver no lugar do agente.

Exemplo interessante para elucidar a diferença entre esses dois tipos de explicação pode ser encontrado no início do livro *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Nele, Weber apresenta constatação estatística, afirmando a predominância de protestantes dentre os proprietários de capital e dentre as pessoas que ocupam os principais postos de direção da mão-de-obra. Para compreender fenômenos relacionados a essa predominância, ele descarta como incompleta aquela explicação que atribuía papel fundamental à situação exterior histórico-política (mais especificamente, ao patrimônio herdado historicamente pelos protestantes). Para ele, essa explicação não elucidava, por exemplo, as diferenças entre católicos e protestantes quanto ao tipo de educação que seguiam (católicos mostravam preferência pelo ensino humanístico, protestantes pelos estudos técnicos e profissões comerciais), ao tipo de atividade operária que desenvolviam (os católicos mostravam tendência maior para o artesanato, e os protestantes para o trabalho nas fábricas). Para compreender a conduta de vida dessas pessoas, era preciso se voltar para a peculiaridade intrínseca a cada confissão religiosa. É aí que se imbricam a tarefa de compreender a conduta de vida de tais indivíduos e o tipo-ideal enquanto ferramenta metodológica.

Tendo isso em mente, pergunta-se: o tipo-ideal é uma ferramenta metodológica útil na busca por explicações causais externas no sentido supramencionado? Penso que, neste caso, o potencial cognitivo do tipo é baixo. Ele poderá servir como mero guia para formulação de hipóteses causais. Nesse caso, diante da questão posta, poderíamos imputar causalmente o “desvio” da ação real quando comparada à ação ideal às irracionalidades que a condicionam. Assim, por exemplo, poderíamos imputá-lo a um desconhecimento dos fatos (por exemplo, ao inverno mais rigoroso que o normal), a um erro quanto às nossas regras de experiências (por exemplo, ao desconhecimento do fato de que Napoleão já atacara a Rússia durante um inverno, sendo este um fator importante na explicação de sua derrota), ou ainda a outros fatores (por exemplo, à ambição de Hitler). É nesse sentido que compreendemos externamente a ação real como “desvio” do desenrolar da ação ideal-típica orientada pelo fim de maneira estritamente racional. O tipo-ideal, nesse caso, opera como uma ferramenta que guia a formulação de hipóteses causais.

A ação ideal-típica pode coincidir, em maior ou menor grau, com a ação real; mas, é importante frisar, não se confunde com ela, pois não existe empiricamente - a não ser, por exemplo, como máxima que, dentre inúmeros outros fatores, pode estar entre os possíveis determinantes da ação real de certos agentes (WEBER, 1977, pp. 113-14). Ora, se o tipo raramente corresponde à ação real, a conclusão que ele oferece é óbvia e sempre a mesma: a ação real foi influenciada por outros fatores que a condicionaram. Quanto à determinação de quais são esses fatores, o tipo não é de grande ajuda, sendo que o pesquisador precisará recorrer a hipóteses para as quais, muitas vezes, o tipo nem sequer aponta.

Poderíamos fazer uma concessão a Weber, no sentido de reconhecer que ele estava consciente que tais julgamentos causais deveriam ser tomados em termos probabilísticos. Isso porque, de um lado, o comportamento humano é demasiadamente complexo e, de outro, existem limitações ao poder de observação do pesquisador (WEBER, 2012, p. 8; KRONMAN, 2009, p. 35; ARON, 2000, p. 463). Contudo, isso não resolve nosso problema: mesmo que tais hipóteses fossem elaboradas em termos probabilísticos, elas teriam que se sujeitar a algum tipo de teste que pudesse confirmá-las. Se o objetivo for obter conhecimento da ação real, é preciso, para que o tipo-ideal tenha algum valor, provar que o desenrolar construído ideal-tipicamente se dá, em alguma medida, na prática. Um dos meios possíveis de testar isso é apelar para condicionais contrafáticas - possibilidade que será melhor explorada na próxima seção deste tópico. Esse meio, porém, é considerado pelo próprio Weber como “inseguro” (2012, p. 7).

Feito o argumento quanto ao baixo potencial do tipo para explicar externa e causalmente as ações, pergunta-se: o tipo-ideal é uma ferramenta metodológica útil na busca por explicações causais *internas*? Nesse caso, a obtenção desse tipo de explicação será uma decorrência do próprio modo como o tipo-ideal foi concebido por Weber. Isto é, essa resposta será construída pelo pesquisador, por meio do recurso à empatia e a evidências históricas, no próprio processo de elaboração do tipo-ideal de ação. Isto porque, conforme já ressaltado, a explicação propositada é aquela que toma como causa a ideia de um efeito visado na mente do agente.

No nosso exemplo, ao construirmos o curso ideal típico, postulamos que a causa do ataque de Hitler era o fato de ele querer ganhar a guerra. Assim, o efeito visado (ganhar a guerra) foi tomado como causa da própria ação (ação propositada). Segundo Kronman, “cada explicação que postula algo que não seja um propósito (no sentido weberiano) como fundamento causal obscurece a natureza entre causa e efeito” (2009, p. 39). Ou seja, nossas explicações externas oferecidas há pouco, ao postularem algo que não é um propósito (o inverno mais rigoroso, a ambição de Hitler etc.) como fundamento causal, obscurecem a natureza da conexão interna entre causa e efeito³. Em relação à explicação interna, esses processos e objetos destituídos de sentido (e, portanto não passíveis de compreensão no sentido weberiano) são tomados apenas como ocasiões, resultados, estímulos ou obstáculos da ação humana – são “dados” com os quais o pesquisador, assim como o agente, tem que contar (WEBER, 2012, p. 5 e p. 8).

Como dito, a explicação relativa à relação interna de causa e efeito se dá no próprio processo de construção do tipo, ao tomarmos a ideia de um efeito como sua causa. Para ficar mais claro, perguntemo-nos: no nosso exemplo, o que explicaria internamente o fato de Hitler ter invadido a URSS, apesar de o curso ideal-típico ter sugerido outro curso para a ação? De maneira simplificada, podemos conceber duas maneiras de obter uma resposta desse tipo: (i) a possibilidade de conversar com o agente, de modo que ele revelasse verdadeiramente a conexão interna entre o acontecimento a ser explicado e a sua fundamentação causal; e (ii) a possibilidade de compreender o agente por meio do recurso à empatia. Em muitos casos, a primeira maneira se mostra inviável, restando-nos apenas o recurso à identificação empática. É nesse sentido que podemos dizer que, assim como não é preciso ser César para compreender César, não é preciso ser Hitler para compreender (no sentido weberiano) a ação militar de Hitler.

Essa explicação de natureza interna é possibilitada, conforme dito, pelo próprio modo como Weber concebe a elaboração do tipo-ideal. Contudo, ela não está longe de críticas. Afinal, essa “identificação empática” poderia soar para muitos como uma explicação baseada meramente na intuição. Todavia, essa seria uma conclusão apressada. Para Weber, a inteligibilidade das condutas humanas não implica recurso necessário à intuição. Na verdade, a inteligibilidade deriva de uma reconstrução gradual das condutas pelo pesquisador - reconstrução esta baseada em textos e documentos. Portanto, a inteligibilidade requer investigação. Sendo assim, não se trata de uma interpretação imediata baseada na intuição ou na empatia - mas sim de um processo rigoroso de reconstrução das condutas; afinal, sem investigação e provas, não é possível saber qual interpretação seria adequada.

³ Conforme o exemplo dado por Weber: “Suponha que, de algum modo, produza-se uma demonstração empírico-estatística do modo mais rigoroso, demonstrando que todos os homens de todos os lugares que já tenham sido colocados em uma determinada situação tenham reagido invariavelmente da mesma maneira e com a mesma intensidade. Suponha que sempre que essa situação é reproduzida experimentalmente, a reação que se segue é sempre a mesma... Tal demonstração não nos aproximaria nem um centímetro sequer da ‘interpretação’ da reação. Por si só, tal demonstração não faria nenhuma contribuição ao projeto de ‘compreender’ ‘por que’ essa reação sempre ocorreu e, ainda, ‘por que’ ela invariavelmente se configura do mesmo modo. Enquanto a *reprodução* imaginária ‘interior’ da motivação responsável por essa reação continuar sendo impossível, continuaremos incapazes de adquirir tal entendimento”. (1977, p. 129).

Isso fica claro, por exemplo, no livro *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, quando Weber busca reconstruir gradualmente e compreender a influência da religião e das ideias religiosas na conduta de vida dos indivíduos. O próprio Weber faz uma crítica a uma interpretação que ele chama de “superficial” das condutas de católicos e protestantes; segundo ela, as diferenças entre as condutas de vida desses dois grupos seria explicada por uma “alegria de viver materialista” característica da conduta de vida dos protestantes e por um “estranhamento do mundo” característico da conduta de vida dos católicos (WEBER, 2004, pp. 34-38).

2.2. Tipos-ideais e a explicação causal histórica

Segundo Richard Swedberg (2005, pp. 30-31), a teoria causal utilizada por Weber é um dos traços mais complicados de seu trabalho. Em parte, tal dificuldade se deve por não se saber ao certo em que medida a teoria causal que inspira seus trabalhos metodológicos é a mesma que pauta seu trabalho em *Economia e Sociedade*⁴. De todo modo, é apenas em seus ensaios metodológicos que Weber formula mais explicitamente sua teoria da causalidade, sendo isso que explica nosso foco nesses primeiros trabalhos.

No texto *Objective possibility and adequate causation in historical explanation*, Max Weber procura demonstrar a importância do uso de condicionais contrafáticas na determinação da significação causal histórica de determinados fatos ou ações⁵. Na verdade, para Weber, esse tipo de análise contrafática é necessária, caso a análise histórica pretenda ir além de uma mera crônica de pessoas e fatos, atingindo interpretações causais do significado/significação histórica de fatos ou ações. Isso porque é esse tipo de análise que permite distinguir o que é causalmente “importante” do que pode ser considerado como “não-importante” (WEBER, 1949, pp. 164-66 e p. 184).

Ao longo do texto, grande parte do esforço de Weber visa elucidar a natureza lógica desse tipo de procedimento. O processo de análise por meio de condicionais contrafáticas tem natureza ideal-típica, na medida em que se dá por meio da transformação da realidade em um constructo mental. Dá-se, portanto, de maneira lógica, por meio do isolamento de certos caracteres da realidade que culmina em uma síntese desses caracteres em um complexo causal. Por meio desse processo em que relações causais são construídas abstratamente, visa-se ganhar clareza quanto à significação causal de determinados fatos em relação a determinados efeitos - ambos concretos. Ou seja, visa-se atingir um juízo sobre as relações causais “reais” (“reais” em oposição às relações “irreais” construídas abstratamente). No caso das ações, esse tipo de esforço de tornar inteligível certas relações causais muitas vezes atinge um grau de inteligibilidade da ação maior do que o que o próprio agente tinha dela no momento em que a realizou. Isto porque esse processo pode revelar perspectivas e conexões que não eram evidentes ao agente no momento da ação (WEBER, 1949, p. 173, 178 e 185).

Cabe destacar que, quando Weber fala de imputação causal ou de significação causal, ele está se referindo especificamente à “causalidade adequada”. Segundo Weber, são casos de causalidade adequada aqueles em que a relação entre certos complexos de condições e um dado efeito

⁴ Stephen Turner (*Weber on Action*, 1983), para citar um exemplo, argumenta que o texto de *Economia e Sociedade* não reflete as concepções sobre causalidade dos trabalhos metodológicos de Weber. Todavia, parece-me que existem elementos para defender a tese contrária. Na p. 7 de *Economia e Sociedade*, por exemplo, Weber faz alusão à hipótese causal de Eduard Meyer referente à importância das batalhas de Maratona para o desenvolvimento da cultura ocidental - sendo este o mesmo exemplo que Weber explora nos seus escritos metodológicos sobre a causalidade adequada. No mesmo sentido: SCHLUCHTER, Wolfgang, *Rationalism, religion and domination, a weberian perspective*, 1989, p. 20.

⁵ As análises causais referentes às ações dos indivíduos procedem logicamente do mesmo modo que as análises causais relativas à significação histórica de certo fato - i.e., por meio de um processo racional-abstrato de isolamento e generalização de determinados caracteres do fenômeno analisado, com intuito de averiguar a possibilidade de sintetizá-los como causa adequada. Para um exemplo de compreensão interpretativa da ação de uma mãe que dá um safanão no filho quando este se comporta mal, ver pp. 177-78. Para o exemplo da significação causal histórica das Guerras Persas e da Batalha de Maratona para o desenvolvimento da cultura ocidental, ver pp. 171-72, todas do texto *Objective possibility...*, in MSS.

resultante corresponde à categoria lógica da possibilidade objetiva. Em outras palavras, a causalidade adequada é aquela relativa a um efeito objetivamente possível, aferido com base em regras de experiência. Este efeito é concebido com o auxílio de um cenário inexistente na realidade, cenário este obtido por meio do processo lógico de abstração (isolamento, generalização e síntese) relativo a condicionais contrafáticas (WEBER, 1949, p. 184). Com o intuito de facilitar a compreensão, tratemos separadamente de cada um dos componentes dessa definição.

Os juízos ou julgamentos de possibilidade são proposições que se referem ao que aconteceria em um cenário contrafático; isto é, são proposições relativas ao que teria acontecido se uma ou mais condições tivessem sido modificadas ou suprimidas. A função da categoria da possibilidade é guiar a seleção das conexões causais a serem incluídas na interpretação causal histórica do pesquisador. O historiador dará ênfase aos aspectos que, de certos pontos de vista, são importantes historicamente. Assim, por exemplo, do mesmo modo que um juiz se interessa pelos caracteres de dado evento na medida em que estes são úteis para o processo de subsunção dos fatos à norma, o historiador seleciona aqueles aspectos que, do seu ponto de vista, tiveram consequências relevantes no curso histórico. Nesse processo, vários componentes da ação ou evento real são tomados como causalmente irrelevantes (WEBER, 1949, pp. 169-71 e p. 173).

O processo lógico por meio do qual atribuímos uma relação causal adequada entre um dado efeito (tomado em seus aspectos essenciais) e alguns condicionantes específicos (em meio a uma infinidade de fatores que condicionam a ocorrência de um dado efeito) se dá por meio de uma série de abstrações. A primeira delas é a das condicionais contrafáticas. Assim, se estamos interessados em saber se certos fatos históricos são significativos em termos causais, modificamo-lhes ou suprimimo-lhes mentalmente, e, então, perguntamo-nos se, após essa modificação, o mesmo efeito (em seus aspectos essenciais) seria esperado. Se a resposta for positiva, os fatos (enquanto condições modificadas ou suprimidas) são tidos como causalmente irrelevantes. Se, no entanto, um efeito diferente puder ser esperado (i.e., se ele for objetivamente possível), os componentes causais são tidos como causalmente adequados (WEBER, 1949, p. 171 e p. 175).

Esse juízo de possibilidade objetiva (isto é, a questão de saber se determinado efeito pode ser objetivamente esperado) depende, de um lado, do conhecimento do pesquisador referente aos fatos – ou seja, de um conhecimento “ontológico” (*“ontologisches” Wissen*), e, de outro, de certas regras de experiência (*Erfahrungsregeln*) – ou seja, de um conhecimento nomológico. Esses dois tipos de conhecimento são empregados na análise da situação criada pela condicional contrafática, permitindo-nos concluir se a ocorrência ou não de dado fato é um efeito que objetivamente podemos esperar (isto é, se é um efeito objetivamente possível) da situação criada contrafaticamente (WEBER, 1949, pp. 173-75).

O conhecimento dos fatos é aquele referente às fontes históricas (como documentos, relatos, fotografias etc.). Já a ideia de regras de experiência remete à capacidade que todos temos de saber que, em dadas circunstâncias, certo resultado é capaz de ser produzido. Max Weber fala no “conhecimento de certas regras empíricas [*Erfahrungsregeln*], particularmente daquelas relativas aos modos como seres humanos tendem a reagir sob certas circunstâncias (“conhecimento nomológico” que foi derivado de nossa própria experiência e de nosso próprio conhecimento a respeito das condutas dos outros)” (1949, p. 174). Portanto, podem ser considerados como causa adequada aqueles fatos modificados ou suprimidos que podem dar ensejo àquele efeito considerado objetivamente possível, segundo essas regras de experiência. Esse é o procedimento empregado para demonstrar, por exemplo, a significação histórica da Batalha de Maratona para o desenvolvimento da cultura ocidental. Segundo Weber, essa batalha é significativa, pois “um diferente desenvolvimento das

culturas helênica e mundial 'teriam' sido o efeito *adequado* de um evento tal como uma vitória Persa" (grifos no original) (1949, pp. 171-72 e p. 185).

A interpretação causal histórica não requer, portanto, recurso necessário à empatia ou à sensibilidade do historiador para se expressar em termos de estrutura lógica - e nisso, então, o conhecimento histórico não é diferente do conhecimento das ciências da natureza. Uma hipótese de interpretação causal histórica é "válida" quando ela é testada mediante um juízo de possibilidade objetiva, baseado tanto em um conhecimento dos fatos quanto em conhecimentos nomológicos do pesquisador (WEBER, 1949, pp. 175-77).

Os julgamentos de possibilidade objetiva podem assumir diferentes graus de certeza. Obviamente, esse juízo não poderá ser expresso em termos numéricos; de todo modo, é possível estimar o quanto certo efeito é provável por meio de comparações envolvendo diferentes cenários de desenvolvimento baseados em condicionais contrafáticas. Quando esse exercício de comparação é feito em número suficiente, é possível, pelo menos em princípio, estimar um alto grau de precisão para o juízo de probabilidade (WEBER, 1949, pp. 180-83). Portanto, nesse caso, quanto maior o número de comparações, maior é o potencial explicativo do tipo.

Assim, por exemplo, os estudos de Weber relativos às religiões mundiais podem ser lidos como tendo o objetivo de obter diferentes cenários comparativo-ilustrativos das relações entre ética religiosa e ética econômica. Por meio desses diferentes cenários, Weber teria mais elementos para emitir um juízo de possibilidade objetiva relativo ao processo causal que subjaz a emergência, apenas no Ocidente, do espírito capitalista moderno (WEBER, 2012, p. 7; WEBER, *Author's Introduction*, pp. XXXIX - XL; SWEDBERG, 2005, p. 46).

3. Para além da causa-efeito: potenciais e limites das explicações por meio de relações de afinidade eletiva, e por meio do tipo-ideal como tipo-extremo

3.1. Relações de afinidade eletiva

O objetivo deste tópico é explorar a noção de "afinidade eletiva" (*Wahlverwandtschaft*). Trata-se de termo que tem longa história. O conceito tem seu primeiro registro em um livro de alquimia medieval - *De attractionibus electivis*, do químico Torbern Olof Bergman. Foi da versão alemã deste livro que Goethe importou o termo, que deu título a um de seus romances - *Die Wahlverwandtschaften* (1809). E foi a partir desse romance que Weber teve contato com o termo, que ganhou, então, conotação sociológica e metodológica (LOWY, 2014, pp. 62-63).

O principal mérito dessa noção é possibilitar análises que, apesar de não se enquadrarem nas regras do pensamento científico lógico-experimental (baseado em relações causa-efeito), não são arbitrárias. Em outras palavras: o recurso à ideia de afinidade eletiva possibilita análises que, mesmo não se enquadrando em uma certa lógica científica, são inteligíveis e verossímeis - não sendo, portanto, destituídas de significação (ARON, 2000, p. 483). Tal recurso permite que captemos aspectos da relação entre dois ou mais fenômenos que, muitas vezes, não conseguem ser captados satisfatoriamente por relações causa-efeito.

O termo "afinidade eletiva" foi empregado pela primeira vez na seguinte passagem do livro *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*:

Temos de nos emancipar da seguinte visão: que se pode deduzir a Reforma das transformações econômicas como algo "necessário em termos de desenvolvimento histórico". (...) Mas, por outro lado, não se deve de forma alguma defender uma tese tão disparatadamente doutrinária que afirmasse

por exemplo: que o “espírito capitalista” (...) *pôde surgir somente* como resultado de determinados influxos da Reforma ou até mesmo: que o capitalismo enquanto *sistema econômico* é um produto da Reforma. (...) Em face da enorme barafunda de influxos recíprocos entre as bases materiais, as formas de organização social e política e o conteúdo espiritual das épocas culturais da Reforma, procederemos tão-só de modo a examinar de perto se, e em quais pontos, podemos reconhecer determinadas “afinidades eletivas” entre certas formas da fé religiosa e certas formas da ética profissional (grifos no original) (2004, pp. 82-83).

Não foi despropositadamente que Weber recorreu ao conceito de afinidade eletiva para compreender a sutil relação entre ideias religiosas e o desenvolvimento do capitalismo: trata-se de conceito que, como dito, permite ir além de um debate - na maioria das vezes estéril - sobre qual fator teria primazia: o material (econômico) sobre o espiritual (religioso) ou este sobre aquele. O recurso à afinidade eletiva espelha, portanto, a recusa weberiana a toda monocausalidade e a consciência da necessidade de múltiplas análises, que busquem evitar um determinismo unilateral nas explicações históricas (LOWY, 2011, p. 131 e p. 138; 2014, p. 63 e p. 70; WEBER, 2004, p. 273, nt. 298).

Portanto, o bom entendimento desse conceito nos permite evitar equívocos, como, por exemplo, o de tomar a tese de Weber n'A *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* exclusivamente como um esforço para refutar Marx (ou, melhor dizendo, um marxismo vulgar) por meio da tese de que são as ideias que influenciam e moldam o comportamento econômico e não o contrário. Na verdade, Weber é crítico de ambas as leituras unilaterais - seja a que prega a supremacia dos fatores econômicos sobre os religiosos, seja a que prega o contrário (WEBER, 2004, p. 48, p. 66, p. 82, p. 167, p. 200 (nt. 84) e p. 255 (nt. 230)). Sua tese é a de que existe uma relação de adequação - de afinidade eletiva - entre a ética protestante (entre o efeito prático de certas formas religiosas) e um *ethos* capitalista. Obviamente, isso quer dizer muito mais do que uma mera relação unidirecional. Contudo, menos óbvio é que isso quer dizer mais do que uma mera correlação externa - como fez parecer Talcott Parsons ao traduzir o termo como “*certain correlations*”, em sua tradução inglesa d'A *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1930)⁶ (LOWY, 2011, p. 138; e LOWY, 2014, p. 26).

Na verdade, a relação de afinidade eletiva guarda uma dimensão ativa, interna - que vai além, até mesmo, da ideia de influência mútua. Trata-se de uma dimensão de mútua escolha (*Wahl*), adaptação, assimilação e impulso, de forma que duas ou mais ideias se imbricam de tal modo que uma favorece o avanço da outra - tal como se constituíssem uma unidade (LOWY, 2014, p. 71). A complexidade dessa relação fica clara, por exemplo, na definição proposta por M. Lowy:

Afinidade eletiva é o processo pelo qual a) duas formas culturais/religiosas, intelectuais, políticas ou econômicas ou b) uma forma cultural e o estilo de vida e/ou interesses de um grupo social entram, a partir de determinadas analogias significativas, parentescos íntimos ou afinidades de sentidos, em uma relação de atração e influência recíprocas, de escolha ativa, de convergência e de reforço mútuo (2014, pp. 71-72).

Aspecto importante dessa relação é que ela não se dá de forma necessária. O processo de mútua escolha, atração e influência pode ser incentivado ou desfavorecido por diferentes condições históricas (LOWY, 2011, p. 140). Nesse sentido, a relação de adequação entre certos traços do espírito do capitalismo e certos traços da ética protestante não pode ser traduzida em forma de “lei” (no sentido de que ambas as formas sociais estarão necessariamente juntas, ou que a presença de uma leva necessariamente ao surgimento e desenvolvimento da outra). Elas podem, portanto, ocorrer separadamente (WEBER, 2004, p. 57).

⁶ M. Lowy liga isso ao fato de a recepção de Weber no mundo anglo-saxão ter tido caráter eminentemente positivista. LOWY, Michael, *A Jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*, p. 64-65.

Outro aspecto relevante da ideia de afinidade eletiva é a necessidade de haver certa “descontinuidade” (ideológica, cultural) entre as formas sociais que forem objeto de análise. Ou seja, não deve existir parentesco prévio entre as formas culturais analisadas, um parentesco que não dê espaço para a dimensão “eletiva” (*Wahl*) do parentesco (*Verwandtschaft*). Com isso, busca-se evitar a confusão entre uma relação de afinidade eletiva (*Wahlverwandtschaft*) e um mero parentesco ideológico, como o existente entre o liberalismo econômico e o liberalismo político (LOWY, 2011, p. 141).

Além de tornar inteligíveis certas relações que transcendem a ideia de causa-efeito, o recurso à afinidade eletiva permite captar conexões íntimas entre fenômenos que, a primeira vista (como destacado no parágrafo anterior), parecem descontínuos ou pertencentes a aspectos distintos da vida social, como, por exemplo, entre a economia e a religião. Outros tipos de relação - como, por exemplo, entre forma e conteúdo, entre parte (função) e totalidade - não cobrem o espectro analítico da afinidade eletiva (LOWY, 2011, p. 141). Trata-se, portanto, de conceito metodológico que tem contornos próprios, podendo ser aplicado a diversos campos de pesquisa. O melhor exemplo de como o uso deste conceito, acompanhado de rigorosa pesquisa histórica, pode ser extremamente rico é a já mencionada obra de Weber, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

Antes de fechar este tópico, gostaria de fazer duas observações. A primeira diz respeito ao tipo-ideal. É que nem sempre fica nítida a importância que esse conceito tem na análise empreendida por Weber. Porém, trata-se de aspecto metodológico que perpassa todo o argumento desenvolvido. Em outras palavras: o recurso a conceitos ou a esquemas conceituais ideais-típicos é indispensável para a análise empírica - sendo este um aspecto que Weber fez questão de frisar em relação às escolas de pensamento que eram predominantes no pensamento alemão de sua época (PARSONS, 1966, p. 638). Para exemplificar, basta citar passagem na qual Weber, tentando delimitar as ideias religiosas, afirma que:

Só podemos fazê-lo apresentando as ideias religiosas com a consistência lógica de um “tipo ideal”, que só raramente se deixa encontrar na realidade histórica. Precisamente *por causa* da impossibilidade de traçar limites nítidos na realidade histórica, nossa única esperança ao pesquisar as *mais coerentes* de suas formas é atinar com os seus efeitos mais específicos (grifos no original) (2004, p. 90).

A segunda é referente à categoria da causalidade adequada, que já foi aqui abordada em mais detalhes nos tópicos anteriores. Essa menção se deve à seguinte questão: qual é, mais precisamente, a diferença entre a categoria de afinidade eletiva e a de causalidade adequada? Pelas definições dadas, algumas diferenças entre ambas ficam evidentes; o que causa dúvida é o uso que Weber faz de ambas n’*A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Parece-me que há espaço para interpretar a tese weberiana tanto em termos de uma relação de afinidade eletiva, quanto em termos de relação de causalidade adequada entre a ética protestante e o *ethos* capitalista moderno. Do mesmo modo que os trechos aqui citados evidenciam o recurso de Weber à afinidade eletiva, não me parece descabido ler a tese weberiana no sentido de que a ética protestante é uma causa adequada - no sentido já exposto - do *ethos* capitalista moderno. Apesar de serem abordagens metodológicas diferentes, parece-me que ambas se sobrepõem, em alguma medida, nesse trabalho de Weber. Alguns trechos, como o da p. 83, parecem sugerir que a análise das afinidades eletivas precede a tentativa de avaliação causal. Todavia, o texto de Weber é flexível a ponto de dar margem para diferentes leituras (LOWY, 2014, p. 64). Aliás, a quase ausência de referências explícitas a suas considerações metodológicas é um traço característico dos textos não-metodológicos de Weber que dificulta

conclusões mais precisas. Nas poucas vezes em que há menção explícita, Weber não se preocupa em aprofundar a referência, limitando-se a breves menções.

3.2. O tipo-ideal como tipo-extremo

Este tópico está baseado na noção de tipo-extremo que pode ser encontrada no texto *Typological Methods in the Natural and Social Sciences*, do livro *Aspects of Scientific Explanation and Other Essays in the Philosophy of Science*, de C. G. Hempel (1965). Antes de explorar esse outro potencial metodológico-explicativo que o tipo pode assumir, gostaria de começar com uma pequena digressão, relativa ao argumento principal de Hempel no supramencionado texto. Hempel argumenta que os tipos-ideais não são propriamente conceitos, mas, sim, teorias, não devendo ser tomados como tipos extremos ou como tipos classificatórios (1965, p. 160 e p. 162). Para defender isso, ele argumenta que não há diferenças relevantes entre a explicação metodológica que faz uso do tipo-ideal e o método de explicação das ciências da natureza.

Penso ser plausível argumentar que C. G. Hempel faz uma leitura do tipo-ideal com lentes diferentes das de Weber. Ele extrapola o texto de Weber, conferindo uma leitura própria ao tipo. O que ele faz em sua crítica é atribuir ao tipo um papel que, em Weber, o tipo não tem. Ao considerar os tipos-ideais não como conceitos, mas como teorias e cobrar deles que sigam os mesmos padrões das teorias da física, Hempel acaba por diluir o uso do “tipo-ideal” a uma mera questão terminológica, ofuscando o papel metodológico específico que este tem no plano metodológico weberiano relativo às ciências da cultura (1965, pp. 167-68, p. 171).

O que subjaz esse movimento de resignificação do tipo-ideal é a convergência metodológica entre as ciências sociais e as da natureza em direção aos mesmos critérios de verdade⁷ - o falseamento de hipóteses (*falsifiability*) e a *strong inference*. Essa convergência não implica movimento mútuo, mas apenas das ciências sociais em direção aos critérios já adotados pelas ciências da natureza. O critério de falseabilidade, por exemplo, não trabalha com a distinção entre ciências sociais e ciências da natureza, mas sim com o binômio ciência/não-ciência. Todavia, Weber e seus contemporâneos trabalhavam com a distinção entre ciências da cultura e ciências da natureza - sendo que Weber se destacava por defender a cientificidade das ciências da cultura.

Portanto, a proposta de Hempel de caracterizar o tipo-ideal como uma teoria, apesar de interessante, extrapola os limites do tipo conforme concebido por Weber. Assim, tendo feito essa pequena digressão, gostaria de voltar a chamar a atenção para o ponto central deste tópico que é a possibilidade de tomar o tipo-ideal weberiano enquanto tipo-extremo.

Na função de tipo-extremo, não se visa, com o tipo-ideal, investigar conexões causais, mas sim classificar determinados fenômenos de acordo com seu grau de aproximação com o constructo ideal. O potencial cognitivo do tipo nesse caso é permitir a comparação entre diferentes fenômenos quanto ao seu grau dos caracteres acentuados unilateralmente na construção ideal-típica. Assim, por exemplo, poder-se-ia comparar diferentes ações quanto ao seu grau de racionalidade, irracionalidade etc.

Para Hempel, tipos-extremos funcionam como conceitos aos quais casos individuais não podem ser subsumidos como se instâncias dele fossem, mas sim caracterizados quanto ao seu grau de aproximação em relação ao tipo-extremo:

⁷ Nas palavras de Hempel: “In this fashion, the propositions of the theory acquire empirical import: they become capable of test and thus susceptible to disconfirmation - and this is an *essential characteristic of all potential explanatory systems*” (*Typological methods...*, p. 170) (grifo meu).

Se o termo T é um tipo-extremo, um indivíduo a não pode ser classificado como T ou como $não-T$; em vez disso, a pode ser, digamos, “mais ou menos T ”. (...). A forma mais simples, puramente comparativa, de um tipo-extremo T pode ser especificada por meio do estabelecimento de critérios que determinem, para dois casos individuais a e b , se (i) a é mais T que b , ou (ii) b é mais T que a , ou (iii) a é tanto T quanto b (1965, p. 158).

Em outras palavras, para C. G. Hempel, os tipos-extremos seriam aqueles por meio dos quais procedemos à comparação da realidade com o conceito, precisando o grau de aproximação (“T-ness”) entre ambos, possibilitando, conseqüentemente, a comparação de diferentes fenômenos. Para ele, parece haver certa confusão entre o tipo-ideal (conforme caracterizado por Weber) e o que ele (Hempel) chamou de tipos-extremos. De fato, Weber, em várias passagens, deixa brechas para que se entenda que o tipo-ideal conforme concebido por ele poderia ter essa função - especialmente nas passagens em que fala sobre um potencial classificatório do tipo e no fato de o tipo ser um constructo a partir do qual a realidade poderia ser medida. Para ficar com dois exemplos:

Em todos os casos, (...) ela [a Sociologia] se *distancia* da realidade, servindo para o conhecimento desta da seguinte forma: mediante a indicação do grau de *aproximação* [(*Annäherung*)] de um fenômeno histórico a um ou vários desses conceitos [tipos-ideais] torna-se possível classificá-los [(*einordnen*)] quanto ao tipo. (...) Somente desta maneira, partindo do tipo *puro* (“ideal”), pode realizar-se uma casuística [(*Kasuistik*)] sociológica (WEBER, 2012, p. 12).

Esses constructos ideais-típicos são de grande valor para a pesquisa e apresentam elevado valor sistemático para fins expositivos quando são usados como instrumentos conceituais para *comparação* com a (e para a *medição* da) realidade. Eles são indispensáveis para esse propósito (WEBER, 1949, p. 97).

4. Conclusão

Neste texto, investiguei os limites e potenciais do tipo-ideal enquanto ferramenta metodológica. A relevância desse objetivo é justificada pelo baixo número de textos que visam evidenciar as possibilidades de uso do tipo-ideal. A conclusão a que chego é que o tipo-ideal apresenta sérios limites, mas também potenciais – a depender da espécie de análise que se quer empreender.

Comecei analisando o uso do tipo-ideal para a explicação causal da ação. Defendi que, quando se busca uma explicação causal externa, o tipo-ideal tem sérias limitações. Nesses casos, ele nos permite constatar que a ação se desvia do curso ideal-típico, e concluir que a ação real foi influenciada por outros fatores que a condicionaram. Ele não nos auxilia, porém, a determinar quais são esses outros fatores. Para investigá-los, dependemos de outras estratégias metodológicas. Ao contrário, quando se busca uma explicação causal interna, argumentei que o potencial explicativo do tipo é bastante elevado, como própria decorrência do modo como ele é elaborado.

Feito isso, examinei o uso do tipo-ideal para a explicação causal histórica. Para tanto, retomei uma série de conceitos importantes para a compreensão desse uso metodológico do tipo – tais como os conceitos de “possibilidade objetiva”, “causalidade adequada” e “regras de experiência”. O potencial explicativo do tipo-ideal, nesse caso, dependerá de o pesquisador ter cenários e estudos comparativos que confirmem força à hipótese causal obtida por meio de procedimentos contrafáticos. No geral, porém, as afirmações baseadas em métodos de condicionais contrafáticas raramente obtêm grau de precisão satisfatório. Todavia, conforme destaquei, é possível obtê-lo, tal como fez Weber ao empreender diversos estudos sobre a religião.

Após exame dos potenciais e limites do tipo-ideal na explicação causal, investiguei seus usos nas análises que pretendem ir além das relações de causa e efeito. Mais especificamente, retomei o

conceito metodológico weberiano de “afinidade eletiva”, com o intuito de delimitar qual o papel do tipo-ideal na explicação por “afinidade eletiva”. Defendi que ele perpassa toda a análise empreendida por Weber, e que, aliado à categoria de afinidade eletiva, é dotado de alto potencial explicativo, desde que acompanhado de rigorosos dados históricos que confirmem verossimilhança à explicação oferecida. Por fim, apontei, com base em C. G. Hempel, o potencial explicativo do tipo-ideal enquanto tipo-extremo. Funcionando como tipo-extremo (algo que encontra lastro nos textos de Weber), o tipo-ideal pode ser útil para a pesquisa ao permitir a classificação e a comparação por aproximação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARON, Raymond. Max Weber. In: *As etapas do pensamento sociológico*, 5ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- HEMPEL, Carl G. Typological Methods in the Natural and Social Sciences. In: *Aspects of Scientific Explanation*, New York, 1965.
- KRONMAN, Anthony. *Max Weber*, trad. port. John Milton, Rio de Janeiro, Elsevier, 2009.
- LOWY, Michael. Sobre o Conceito de “Afinidade Eletiva” em Max Weber, in *Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 17.2., pp. 129-42, 2011.
- _____. *A Jaula de Aço: Max Weber e o marxismo weberiano*, 1 ed., São Paulo, Boitempo, 2014.
- PARSONS, Talcott. *The Structure of the Social Action*, New York, The Free Press, 1966.
- SWEDBERG, Richard. *Max Weber Dictionary: key words and central concepts*, Stanford Social Sciences, 2005.
- WEBER, Max. *The Methodology of the Social Sciences*, trad. por Edward A. Shils and Henry A. Finch, New York, Free Press, 1949.
- _____. Author's Introduction. In _____. *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, Routledge, 2005.
- _____. *Critique of Stammer*, New York, The Free Press, 1977.
- _____. Religious Rejections of the World and Their Directions, in *From Max Weber*, trad. por Hans Gerth and C. Wright Mills, New York, Oxford University Press, 1958.
- _____. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, trad. por Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa com revisão técnica de Gabriel Cohn, vol. 1, 4ª ed. 3ª reimpressão, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2012.
- _____. *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*, trad. port. José Marcos Mariani de Macedo, São Paulo, Cia. das Letras, 2004.